

1 Planejamento e Resultados Alcançados

O Relatório de Gestão do exercício de 2017 versa sobre as informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

1.1 Planejamento da Unidade

O Ministério Público de Contas do Estado de Roraima – MPC/RR atua de forma participativa, envolvendo a sociedade, incorporando as expectativas e percepções da população e das lideranças do Estado de Roraima.

O MPC/RR foi instituído pela Lei Complementar nº 205, de 25 de janeiro de 2013, com atribuição de ser uma instituição permanente e essencial as funções de fiscalização e controle externo do Estado de Roraima, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais, individuais e indisponíveis, zelando pela legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e economicidade, nos atos de gestão da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e Municípios. Para atingir seu objetivo e suas atribuições, o MPC/RR como todos os órgãos da administração pública, está vinculado às leis orçamentárias previstas no artigo 165 da Constituição Federal.

O Plano Plurianual - PPA é lei de periodicidade quadrienal, de hierarquia especial e sujeita a prazos e ritos peculiares de tramitação, instituída pela Constituição Federal de 1988, como instrumento normatizador do planejamento de médio prazo e de definição das macros orientações do Governo para a ação em cada período de quatro anos. O PPA 2016-2019 está estruturado de forma que necessita de mais informações. É necessário que o próximo tenha uma versão com mais informações e coesão, buscando comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta.

Nesse sentido, o Plano está estruturado nas dimensões estratégica, tática e operacional, cujos objetivos são concretizados por meio do Programa de Execução do Controle Externo de forma a privilegiar a Eficiência e Transparência na Gestão Pública, sob a responsabilidade do Tribunal de Contas do Estado de Roraima. O MPC/RR constitui referencial para esta Execução do Controle Externo, tendo como objetivo zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembleia Legislativa na função de exercer o controle externo.

No exercício de 2017, o MPC/RR, investiu em tecnologia e em desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais, visando melhorar o desempenho das atividades nos diversos

setores do órgão garantindo aos membros e servidores condições para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades necessárias para a execução das atividades de responsabilidade do MPC/RR.

Embora o planejamento estratégico ainda não tenha sido aprovado pelo Conselho Superior de Procuradores, encontra-se em fase evolutiva, preconizando os moldes do Conselho Nacional dos Ministério Públicos - CNMP.

1.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

O exercício de 2017 o MPC/RR teve-se uma previsão inicial de R\$ 14.240.069,00, com a necessidade de remanejamento de fundos na ordem de R\$ 4.755.691,52 para a execução das atividades e ações institucionais, que representou uma realocação de 33,39% com relação a dotação inicial. Ao longo do exercício foi empenhado o valor de R\$ 13.778.935,70, e inscrito em Restos a Pagar o valor de R\$ 1.412.212,85 encerrando o exercício com um superávit orçamentário de R\$ 461.133,22. Já o FMMPC/RR teve sua execução orçamentária e financeira realizada dentro das legalidades, com uma dotação Inicial de R\$ 114.525,00, também houve a necessidade de realocação de fundos, que ficou no montante de 38.025,00. Com relação ao valor empenhado, o FMMPC encerrou o exercício com o valor de R\$ 74.236,40, o que resultou um superávit orçamentário de R\$ 40.288,60. Vale salientar que a execução orçamentária teve esse resultado devido à crise econômica em que o Governo do Estado de Roraima se encontra.

Nos itens a seguir, são apresentados quadros com a programação orçamentária e financeira e os resultados alcançados relativos ao Programa de Gestão, Execução do Controle Externo.

Ministério Público de Contas				
Programa: 002 Execução do Controle Externo				
Ação: Fiscalização e Controle Externo				
DOTAÇÃO INICIAL	REMANEJAMENTO DE FUNDOS	VALOR EMPENHADO	RESTOS A PAGAR	SUPERVIT ORÇAMENTÁRIO
14.240.069,00	4.755.691,52	13.778.935,70	1.412.212,85	461.133,22

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas
Programa: 002 Execução do Controle Externo
Ação: Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparentamento do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.

DOTAÇÃO INICIAL	REMANEJAMENTO DE FUNDOS	VALOR EMPENHADO	RESTOS A PAGAR	SUPERVIT ORÇAMENTÁRIO
114.525,00	38.025,00	74.236,40	0,00	40.288,60

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

No decorrer do exercício houve a necessidade de alterações no orçamento, a realocação de valores de algumas rubricas foi necessária permitindo assim o cumprimento do plano de gestão do MPC/RR e do FMMPC.

Ministério Público de Contas			
Nº Decreto	Data	Fonte	Valor Remanejado
22525	13.02.2017	101	877.598,28
22944	06.04.2017	101	1.637.723,84
23353	01.06.2017	101	1.415.707,43
23740	04.08.2017	101	540.000,00
24463	30.11.2017	101	284.661,97
TOTAL			4.755.691,52

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas			
Nº Decreto	Data	Fonte	Valor Suplementado
24064	19.10.2017	150	38.025,00
TOTAL			38.025,00

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

1.2.1 Programa Temático

QUADRO 1.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	002			
Título	Execução do Controle Externo			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2016-2019	b) Dotação Posição final - (exercício 2016)	c) Dotação Posição final - (2017)	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	47.510.519,00	14.240.069,00	14.240.069,00	19.030.381,00
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	47.510.519,00	14.240.069,00	14.240.069,00	19.030.381,00
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2017				

Lei Orçamentária de 2017					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2017)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
13.778.935,78	13.665.890,93	12.366.722,93	1.299.168,00	113.044,85	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2016	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ no exercício de 2017					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	002				
Título	Execução do Controle Externo				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2016-2019	b) Dotação Posição final - (exercício 2016)	c) Dotação Posição final - (2017)	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	473.213,00	106.973,00	114.525,00	251.715,00	
Orçamento de Investimentos - OI	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total	473.213,00	106.973,00	114.525,00	251.715,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2017					
Lei Orçamentária de 2017					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
e) Despesa Empenhada	f) Despesa Liquidada	g) Despesa Paga	h) Restos a Pagar (inscrição 2017)		i) Despesa Realizada
			h.1) Processados	h.2) Não Processados	
74.236,40	74.236,40	74.236,40	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j) Posição em 1/01/2016	k) Valor Liquidado	l) Valor Pago	m) Valor Cancelado	n) Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ no exercício de 2017					
Dotação OFSS		Dotação OI		Outras Fontes	

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

1.2.1.1 Análise Situacional

O Ministério público de Contas do Estado de Roraima no âmbito do PPA 2016-2019 não tem programa temático vinculado sob sua responsabilidade. Atualmente, executa apenas o Programa de Execução e Controle Externo.

1.2.2 Objetivo

QUADRO 1.2.2 – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembleia Legislativa na função de exercer o controle externo.					
Código	33.101	Órgão	MPC			
Programa	Execução do Controle Externo				Código	002
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2017	c) Realizada até 2017	d) % Realização (c/a)
1	Processo analisado	unidade	600	451	1320	2,2%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2017	c) Realizada até 2017	d) % Realização (c/a)
**	**					

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
**	**

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

** O MPC não tem metas regionalizadas e metas qualitativas.

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparelhamento do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima					
Código	33.601	Órgão	FMMPC			
Programa	Execução do Controle Externo				Código	002
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2017	c) Realizada até 2017	d) % Realização (c/a)
1	Fundo operacionalizado	unidade	01	01	01	100%

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2019 (exercício final do ciclo do PPA)	b) Realizada em 2017	c) Realizada até 2017	d) % Realização (c/a)
**	**					

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
**	**

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

** O FMMPC não tem metas regionalizadas e metas qualitativas.

1.2.2.1 Análise Situacional

As metas físicas quantitativas previstas na ação de responsabilidade do MPC/RR, foram realizadas em sua totalidade bem superior ao definido na elaboração do PPA, contudo na revisão, foi verificada a necessidade de ajustar essas metas de forma que sua execução atendesse as demandas de atividades dos Procuradores. Portanto para o exercício de 2018 o PPA 2016/2019 teve as metas físicas reprogramada, conforme tabela abaixo:

META FISICA/ ANO	QUANTIDADE
2016	150
2017	150
2018	600
2019	600

1.3.1 Ações

1.3.1.1 Ações – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS

QUADRO 1.3.1.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação	
Código	2422 Tipo: Atividade
Título	Fiscalização e Controle Externo
Iniciativa	Processo Analisado
Objetivo	Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos do Estado e auxiliar a Assembleia Legislativa na função de exercer o controle externo. Código:
Programa	Execução do Controle Externo Código: 002 Tipo:
Unidade Orçamentária	33.101 – Ministério Público de Contas
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () “X” () “Y”
Lei Orçamentária 2017	
Execução Orçamentária e Financeira	
Dotação	Despesa Restos a Pagar inscritos 2017

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.240.069,00	14.240.069,00	13.778.935,78	13.665.890,93	12.366.722,93	1.299.168,00	113.044,85
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Processo analisado			unidade	600	450	451
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Identificação da Ação						
Código	2433		Tipo: Atividade			
Título	Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparelhamento					
Iniciativa	Fundo Operacionalizado					
Objetivo	Operacionalizar o Ministério Público de Contas do Estado de Roraima				Código:	
Programa	Execução do Controle Externo		Código: 002		Tipo:	
Unidade Orçamentária	33.601 – Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () “X” () “Y”					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2017	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
114.525,00	114.525,00	74.236,40	74.236,40	74.236,40	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Fundo Operacionalizado				Previsto	Reprogramado	Realizado
			unidade	01	0	01
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

1.3.1.2 - Ação/Subtítulos – OFSS

QUADRO 1.3.1.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

1.3.1.3 - Ações Não Previstas Loa - Restos A Pagar – OFSS

Quadro 1.3.1.3 – Ações não Previstas LOA 2017 - Restos a Pagar – OFSS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

1.3.1.4 - Ações Do Orçamento De Investimento

QUADRO 1.3.1.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Identificação da Ação							
Código	2422			Tipo: Atividade			
Título	Fiscalização e Controle Externo						
Iniciativa	Execução do Controle Externo						
Objetivo	A			Código:			
Programa	Eficiência e Transparência na Gestão Pública			Código: 01		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	33.101						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () Exemplo na União: PAC () Idem: Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
14.240.069,00	14.240.069,00	13.665.890,93	Processo analisado	unidade	150	0	451

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Identificação da Ação							
Código	2433			Tipo: Atividade			
Título	Operacionalização do Fundo de Modernização e Aparelhamento						
Iniciativa	Execução do Controle Externo						
Objetivo	A			Código:			
Programa	Eficiência e Transparência na Gestão Pública			Código: 01		Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	33.601						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () Exemplo na União: PAC () Idem: Brasil sem Miséria						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Meta			
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
114.525,00	114.525,00	74.236,40	Fundo Operacionalizado	unidade	01	0	01

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

1.3.1.5 Análise Situacional

A meta física do MPC/RR para o exercício de 2017 foi de 150 processos analisados, entretanto sua execução ficou bem acima do previsto. Com um resultado de 374 pareceres emitidos, 37 manifestações, 12 representações, 01 recurso, 17 PIP's e 10 visitas *in loco*. Diante desse resultado, observou-se a necessidade da reprogramação das metas, como expresso no item 1.2.2.1.

A execução financeira atingiu a meta utilizando 96,76% da dotação disponibilizada, que seguiu de maneira satisfatória, restando apenas 9,91% em restos a pagar. Vale lembrar que as adversidades econômicas e políticas do Estado causaram os eventos mais intervenientes do exercício que foram os atrasos e parcelamentos de duodécimos, que somente ocorreram no exercício atual. Diante desse cenário, o MPC/RR sofreu dificuldades na execução financeira e orçamentária devido à alteração nos cronogramas de repasses.

2 Execução Orçamentária e Financeira

2.1 Execução das Despesas

2.1.1 Programação

QUADRO 2.1.1 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: MPC/RR		Código UO: 33.101		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		7.711.977,00	-	6.356.092,00	
CRÉDITOS	Suplementares	2.620.266,49	-	1.426.338,12	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Cancelados	971.538,51	-	3.749.829,71		
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2017 (exercício atual) (A)		9.360.704,98	-	4.032.600,41	
Dotação final 2016 (exercício anterior)(B)		9.234.576,26	-	5.005.492,74	
Variação (A/B-1)*100		101,36	-	80,56	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		172.000,00	-	0,00	
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	-	709.086,91	

	Especiais	Abertos	-	-	
		Reabertos	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	
		Reabertos	-	-	
	Cancelados		34.323,30	-	0,00
Outras Operações					
Dotação final 2017 (exercício atual) (A)			137.676,70	-	709.086,91
Dotação final 2016 (exercício anterior)(B)			87.124,00	-	0,00
Variação (A/B-1)*100			158,02	-	0,00

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Unidade Orçamentária: FMMPC/RR		Código UO: 33.601		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		-	-	89.525,00	
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	38.025,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Cancelados	-	-	38.025,00		
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2017 (exercício atual) (A)		-	-	89.025,00	
Dotação final 2016 (exercício anterior)(B)		-	-	61.900,00	
Variação (A/B-1)*100		-	-	143,83	
Origem dos Créditos Orçamentários		Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		25.000,00	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	0,00	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Cancelados	0,00	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2017 (exercício atual) (A)		25.000,00	-	-	-
Dotação final 2016 (exercício anterior)(B)		45.073,00	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		55,46	-	-	-

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

2.1.1.1 Análise crítica

Em termos gerais as dotações orçamentárias aprovadas na LOA 2017 foram aderentes às necessidades do órgão ao longo do ano. Ajustes foram realizados de forma a prover créditos em ações ou grupos de natureza de despesa que apresentaram projeções de dispêndios superiores aos previsto quando da elaboração da proposta orçamentária para 2017. A execução orçamentária das dotações contempladas no orçamento atingiu um patamar plenamente satisfatório e dentro das expectativas projetadas pela Administração.

2.1.2 Realização da despesa

2.1.2.1 Despesas totais por modalidade de contratação

QUADRO 2.1.2.1 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Unidade Orçamentária: Ministério Público de Contas		Código UO: 33.101				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa paga		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	531.373,26	943.029,16	772.857,73	469.360,44	943.029,16	772.857,73
a) Convite	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
d) Pregão Presencial	402.494,91	943.029,16	772.857,73	453.320,31	943.029,16	772.857,73
e) Pregão Eletrônico	128.878,35	0,00	0,00	16.040,13	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Regime diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	567.253,80	1.000.946,07	414.350,60	513.894,76	1.000.946,07	414.350,60
h) Dispensa	60.973,17	394.021,55	254.474,98	52.974,17	394.021,55	254.474,98
i) Inexigibilidade	506.280,63	606.924,52	159.875,62	460.920,59	606.924,52	159.875,62
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	10.866.404,73	11.559.307,80	8.011.430,25	9.727.182,52	11.559.307,80	8.011.430,25
k) Pagamento em Folha	10.472.656,86	10.555.701,46	7.239.353,40	9.333.434,65	10.555.701,46	7.239.353,40
l) Diárias	393.747,87	1.003.606,34	772.076,85	393.747,87	1.003.606,34	772.076,85
5. Outros	1.700.859,14	673.520,32	405.112,21	1.656.285,21	673.520,32	405.112,21
6. Total (1+2+3+4+5)	13.665.890,93	14.176.803,35	9.603.750,79	12.366.722,93	14.176.803,35	9.603.750,79

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Unidade Orçamentária: Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas		Código UO: 33.601				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			Despesa paga		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.500,00	0,00	41.303,04	17.500,00	0,00	41.303,04
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão Presencial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
e) Pregão Eletrônico	17.500,00	0,00	41.303,04	17.500,00	0,00	41.303,04
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Regime diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	5.380,00	8.700,00	9.316,00	5.380,00	8.700,00	9.316,00
h) Dispensa	0,00	0,00	53,00	0,00	0,00	53,00
i) Inexigibilidade	5.380,00	8.700,00	9.263,00	5.380,00	8.700,00	9.263,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0,00	51.466,13	28.903,55	0,00	51.466,13	28.903,55
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	51.466,13	28.903,55	0,00	51.466,13	28.903,55
5. Outros	51.356,40	17,80	0,00	51.356,40	17,80	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	74.236,40	60.183,93	79.522,59	74.236,40	60.183,93	79.522,59

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

2.1.2.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

QUADRO 2.1.2.2 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Unidade Orçamentária: MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS					Código UO: 33.101			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
31.90.11 – Vencimento e vantagens Fixas	6.914.783,50	7.120.190,38	6.914.783,50	7.120.190,38	0,00	0,00	6.207.050,87	7.120.190,38
31.90.13 – Obrigações Patronais	1.252.173,03	1.369.373,27	1.252.173,03	1.369.373,27	0,00	0,00	1.051.193,31	1.120.484,54
31.90.96 – Ressarcimento de despesas de pessoal Requisitado	513.459,46	175.188,99	513.459,46	175.188,99	0,00	0,00	387.063,11	477.025,14
Demais elementos do grupo	330.151,00	569.812,53	330.151,00	569.812,53	0,00	0,00	309.476,98	516.865,11
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.46 – Auxílio Alimentação	999.958,62	1.197.559,44	999.958,62	1.197.559,44	0,00	0,00	916.519,13	1.197.559,44
33.90.39 – Outros Serviços de P. Jurídica	697.695,81	724.944,03	697.695,81	724.944,03	665,00	0,00	621.557,99	724.944,03
33.90.36 – Outros Serviços de P. Física	639.112,48	644.167,18	639.112,48	644.167,18	0,00	0,00	539.112,48	644.167,18
Demais elementos do grupo	1.632.822,25	2.375.567,53	1.632.822,25	2.375.567,53	0,00	0,00	1.609.421,71	2.375.567,53
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Investimentos								
44.90.52 – Equipamento e Mat. Permanente	136.778,35	0,00	24.398,50	0,00	112.379,85	0,00	7.900,00	0,00
2. Inversões Financeiras								
3. Amortização da Dívida								
46.90.71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado	662.001,28	0,00	662.001,28	0,00	0,00	0,00	617.427,35	0,00

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

Unidade Orçamentária: FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS					Código UO: 33.601			
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal								
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.93 – Indenizações e Restituições	51.314,70	0,00	51.314,70	0,00	0,00	0,00	51.314,70	0,00
33.90.39 – Outros Serviços de P. Jurídica	5.421,70	8.717,80	5.421,70	8.717,80	0,00	0,00	5.421,70	8.717,80
33.90.14 – Diárias	0,00	51.466,13	0,00	51.466,13	0,00	0,00	0,00	51.466,13
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Investimentos								
44.90.52 – Equipamento e Mat. Permanente	17.500,00	0,00	17.500,00	0,00	0,00	0,00	17.500,00	0,00

2. Inversões Financeiras								
3. Amortização da Dívida								

Fonte: Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento e Finanças

2.1.2.3 Análise crítica da realização da despesa

Embora atípico o exercício de 2017; nota-se, quanto à execução orçamentária, a ocorrência de alteração significativa em relação ao de 2016. Considerando a frustração de receitas materializada pelo atraso e parcelamento do duodécimo no referido exercício, foi necessária readequação de gastos, o que significou severo corte nas despesas deste Órgão.

Uma alteração significativa foi a redução de viagens para cursos e capacitação para servidores, o que ocasionou um impacto positivo para o exercício. Quanto a despesa classificada em diárias teve uma redução de 60,76% com relação ao exercício anterior, e um impacto 2,76% com relação a dotação inicial do exercício atual.

A necessidade de reajuste combinada com a restrição de gastos implicou em alterações contratuais com vistas a se manter o equilíbrio orçamentário.

No exercício de 2017 foi realizado a adesão ao Programa de Parcelamento Especial – PERT, onde houve a possibilidade de regularizar todos os débitos previdenciário de anos anteriores junto à Receita Federal, essa despesa teve seu montante em R\$ 662.001,28 com impacto de 4,64% com relação ao orçamento inicial do exercício.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

No intuito de melhor prestar seus serviços, parte das contratações executadas pelo MPC com base na inexigibilidade trata-se na contratação de empresas para capacitação dos membros que visa a eficácia dos serviços públicos. Nessa mesma modalidade compreende as contratações de serviços continuado como energia elétrica, água e esgoto.

As ações de capacitação devem ser estruturadas de modo a contribuir para o desenvolvimento e a atualização profissional do membro e servidor, estando em consonância com as demandas institucionais de órgão. Sendo assim, podem ser descritas como cursos, treinamentos, grupos de estudo, intercâmbios ou estágios, seminários, congressos e outras modalidades de capacitação.

Houve alteração significativa na modalidade de contratação por dispensa, que apresentou uma redução de 84,52% comparada ao exercício de 2016. Para a modalidade de inexigibilidade observou-se uma redução de 16,58%.

Já as despesas realizadas pelo Fundo de Modernização do Ministério Público de Contas, foram executadas dentro das previsões legais conforme a Lei nº 952 de 22 de janeiro de 2014.

2.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos Orçamentários ou Recursos Financeiros

QUADRO 2.2 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS OU RECURSOS FINANCEIROS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.2.1 Análise crítica

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3 Renúncias de Receitas sob a Gestão da UJ

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.1 Benefícios financeiros e creditícios

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.1.1 Benefícios financeiros e creditícios - Quantificação

QUADRO 2.3.1.1 - BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS GERIDOS PELA UJ OU BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS ESTIMADOS E QUANTIFICADOS PELA UJ

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.2 Renúncias tributárias

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.2.1 Renúncias tributárias sob gestão ou estimadas e quantificadas pela UJ - Identificação

QUADRO 2.3.2.1 - RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ OU RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.2.2 Valores renunciados e contrapartida

QUADRO 2.3.2.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.2.3 Valores renunciados por tributo e gasto tributário

QUADRO 2.3.2.3 - VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.2.4 Contribuintes beneficiados pela renúncia

QUADRO 2.3.2.4.1 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA - PESSOAS FÍSICAS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

QUADRO 2.3.2.4.2 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA - PESSOAS JURÍDICAS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

2.3.2.5 Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária

QUADRO 2.3.2.5.1 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA - PESSOAS FÍSICAS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

QUADRO 2.3.2.5.2 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA - PESSOAS JURÍDICAS

Não se aplica ao Ministério público de Contas.

Considerações Finais

É com satisfação que registro o desempenho do Ministério Público de Contas no exercício de 2017, primeiro ano de gestão do Procurador Geral de Contas Diogo Novaes Fortes.

Este relatório destaca algumas ações realizadas por este Parquet de Contas, que são apenas alguns resultados decorrentes da ação de controle, os quais reafirmam o compromisso e o empenho da Instituição de atuar em áreas de maior risco, materialidade e relevância, com o objetivo de contribuir com o aperfeiçoamento da Administração Pública, em benefício da sociedade.

Por fim, ressaltamos que o desempenho do MPC/RR no ano de 2017 somente foi possível por meio da efetiva participação das autoridades desta Casa, da adesão do corpo funcional, do trabalho em equipe e do efetivo atendimento do dever constitucional de zelar pela boa e regular gestão dos recursos públicos em prol da sociedade.



Mônica Cristina dos Santos Rangel
Gerente de Contabilidade-MPC/RR
CRC/RR 1262-9



Bruno Cesar Cavalcanti Guedes
Diretor Geral do MPC/RR